



ATA Nº 3/2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta dos Deputados Inês Guerra Vargas, Filipe Montez Coelho Madeira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho e João Luís Bispo Mota Bogalho e do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2014 referente à sessão ordinária de 28 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2014 por maioria dos presentes, com 25 votos a favor e 3 abstenções (28 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----



----- Informou que foram apresentadas na Mesa diversos votos e uma moção subscritos pela Assembleia Municipal. De seguida passou a palavra ao 1º secretário para a leitura das mesmas (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer a presença do executivo camarário nas comemorações do 25 de Abril na freguesia de Arrouquelas e agradeceu especialmente às associações locais, a ARCA, a H2O, a Salpiquete, a Associação de Caçadores e a Associação de Cicloturismo pela promoção das atividades do 25 de Abril e do Dia Mundial da Criança. Salientou que estas parcerias que reúnem as sinergias locais com a Junta de Freguesia são a prova que juntando esforços fica tudo mais fácil e as atividades melhores. Disse ainda que a Arca conjuntamente com a Junta de Freguesia organizou ainda as festas de Santo António com muitas e diversas atividades e



endereçou os parabéns à Associação de Cicloturismo pela organização do Circuito Verde pelo concelho ao longo de sessenta quilómetros. -----

----- Referiu-se ainda ao Quelas Parque, no antigo espaço da escola primária, para o qual existe um contrato comodato com a Câmara Municipal de Rio Maior, e que está a ser muito bem aproveitado para festejos de várias naturezas, dando a conhecer, desta forma, a freguesia de Arroquelas. Convidou ainda todos os presentes a visitar Arroquelas na sua festa anual a realizar no final de julho. -----

----- Por fim, agradeceu ainda ao executivo camarário as informações prestadas na sequência das questões colocadas na anterior assembleia municipal sobre o funcionamento do centro de saúde, que foram apresentados na assembleia de freguesia de Arroquelas. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir a uma recomendação feita no ano de 2009 pelo Conselho da Prevenção da Corrupção para aprovação de planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e onde solicitado que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, no prazo de noventa dias, elaborassem esses mesmos planos e na sua sequência a elaboração anual de um relatório sobre a sua execução. Questionou se a Câmara Municipal de Rio Maior possui algum plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e se foi já elaborado algum relatório sobre a execução do mesmo. -----

----- De seguida disse ter tido conhecimento que o prazo para conclusão da construção do centro escolar de Fráguas foi prolongado até dia trinta de junho, sendo esta já uma segunda prorrogação graciosa concedida pela câmara municipal à empresa responsável pela empreitada. Questionou quais foram os fundamentos, em matéria de facto e de direito, que estiveram na origem dessas duas prorrogações graciosas, uma vez que tanto quanto sabe, a prorrogação graciosa não está prevista no Código dos Contratos Públicos, ainda que exista enquadramento legal sobre o ponto de vista do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro. -----

----- Referindo-se a afirmações efetuadas na última assembleia municipal pelo Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, relativamente à rutura da principal conduta de abastecimento de água à cidade que aconteceu por altura das Tasquinhas, foi necessário fazer a injeção de dois milhões e oitocentos mil litros de água em três dias através de um único ponto, o depósito do centro de saúde, para que se pudesse



garantir o abastecimento da população, e que foi uma operação, segundo consta em ata, onde estiveram envolvidos a câmara municipal, a junta de freguesia de Rio Maior e sobretudo os bombeiros que vieram de Caldas da Rainha, Alcanede, Alcanena, Torres Novas, Benedita, Cartaxo, para além dos bombeiros voluntários de Rio Maior e onde foram utilizados todos os veículos e meios num total de cinquenta e oito horas de operação. Questionou se esta operação representou custos para a autarquia e se tal aconteceu quais os montantes que terão sido despendidos. -----

----- Por último questionou ainda acerca de três situações: qual o motivo da permanência de uma viatura da GNR, no dia vinte de junho, em frente ao edifício da câmara; se foi verdade que houve uma ameaça de bomba no edifício da câmara; e finalmente acerca de um assunto que já foi anteriormente falado em assembleias municipais e que tem a ver com as constantes quebras de luz no bairro da Chainça quando há forte queda de chuva e há temporal e o que pode ser feito para resolução da situação e ainda que passos a câmara já deu para poder solucionar este problema que prejudica bastante as pessoas. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou, uma vez mais, acerca da numeração de polícia no Pé da Serra adiantando que se não existir uma resolução célere da situação a associação irá tomar a iniciativa de ser a própria população a arranjar os números de polícia. Continuou dizendo que os constrangimentos na entrega da correspondência são muitos, não havendo entrega ou então chega com muito atraso. Saudou a luta dos carteiros de Rio Maior pela melhoria das suas condições de trabalho e dos correios como serviço público. -----

----- Acerca da iniciativa “Sal e Templários” que decorreu nas Marinhas do Sal disse que como morador esteve neste evento e que gostaria de ser informado dos custos dessa iniciativa e das razões que podem ter levado a ter tão pouca gente a visitar e a participar, questionando se a estratégia não terá que ser outra. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à Universidade Sénior e ao fim de mais um ano letivo e trouxe algumas informações acerca da instituição dada a importância do trabalho que lá é desenvolvido. Fazendo um pequeno balanço daquilo que foi feito durante o ano



letivo informou que tiveram duzentas e setenta e oito inscrições, quarenta e quatro professores em regime de voluntariado, quarenta e três disciplinas, quarenta e sete turmas e duas mil e doze horas leccionadas salientando o esforço que isto implica por parte dos professores que são todos voluntários. Disse ainda que ao longo do ano foram feitas quatro festas variadas, promoveram o terceiro encontro das Universidades Seniores do Oeste, colaboraram com várias instituições com vista à promoção da interacção entre seniores e crianças, fizeram sete visitas de estudo fora de Rio Maior, uma em Rio Maior e uma a Barcelona. Fez ainda referência à divulgação das atividades nas redes sociais e página oficial da Universidade Sénior e que todos podem conhecer e agradeceu à Câmara Municipal de Rio Maior pela disponibilidade dos funcionários para qualquer coisa que seja necessária, à Santa Casa da Misericórdia pelo apoio na parte burocrática e à Junta de Freguesia de Rio Maior pela ajuda dada no transporte de materiais e pessoas sempre que solicitado. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar acerca da limpeza do rio Maior, ribeira de S. Gregório e afluentes e o que é que está previsto para a limpeza do local entre as escolas, a igreja e o tribunal, que está a ficar degradante e também acerca de três outdoors que se encontram na rotunda da palmeira, na EN 1, que indicam a instalação de uma clinica do sal, um lar de geriatria e sobre uma galeria comercial e que informações é que a Câmara Municipal tem acerca destes investimentos. -----

----- **Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Endereçou os parabéns à equipa responsável pela gestão da Escola Profissional de Rio Maior, aos professores e alunos, pelos excelentes resultados e divulgação pública a nível nacional que esta escola tem tido nos últimos meses. Afirmou que com diversos prémios e distinções a nível nacional e internacional, esta escola tem uma excelente montra do muito de bom que há no concelho e da qualidade do ensino profissional e mostra ainda que Rio Maior está vivo, tem jovens empreendedores capazes de criar novos negócios e que, por certo, vão trazer mais-valias para o concelho. Lembrou ainda que quando fez parte das gerência daquela escola sempre se apostou na qualidade do ensino e que esta aposta foi continuada pelos atuais



gerentes dando frutos que se podem ver pelo elevado nível de empregabilidade dos alunos. Disse ainda que embora não existam todos os cursos que se pretendia na escola e que a situação do financiamento do futuro destas escolas não ser ainda suficientemente clara para se poder prever o que vai acontecer com este tipo de equipamentos, a diferenciação que este reconhecimento trás poderá servir para convencer a tutela da sua utilidade e da sua necessidade para uma educação de qualidade no concelho, na região e mesmo no país. Acrescentou que confia que o atual executivo municipal saberá disso tirar partido para que tenhamos durante muitos anos aquele estabelecimento de ensino a funcionar em Rio Maior. -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao evento “Sal e Templários” realizado nas Marinhas do Sal em junho cuja organização coube à Câmara Municipal com a colaboração da Companhia Livre e da Cooperativa dos Produtores de Sal assim como da Aldeias do Sal, Junta de Freguesia de Rio Maior entre outros. Lembrou que este evento teve como finalidade uma recriação histórica datada do século XII referente à venda de uma parte do poço das salinas à Ordem dos Templários e que graças à colaboração da Entidade Regional do Turismo de Alentejo e Ribatejo foi possível financiar a atividade no presente ano e trazer às salinas de Rio Maior um espectáculo ao nível dos eventos medievais a nível nacional. Disse que apesar de todo o empenho das partes envolvidas para o sucesso deste projeto que resultou num magnífico espectáculo, foram surpreendidos com a falta de afluência de visitantes que, em sua opinião, se deveu à data da realização do evento, as feiras a decorrer nos arredores de Rio Maior, aos arraiais e também ao calor excessivo nesse fim-de-semana. Sugeriu que a data da realização dos futuros eventos não coincidisse com outros eventos do concelho e concelhos limítrofes e que contasse com a participação das escolas neste projeto, convidando professores e funcionários a colaborar em futuros eventos culturais o que, por sua vez, originaria uma maior divulgação do evento e traria um maior número de pessoas nomeadamente familiares e amigos. Para finalizar agradeceu o empenho do arqueólogo da câmara municipal, Calos Pereira, dos serviços da câmara e realçou também o excelente trabalho realizado pela Companhia Livre na execução desta recriação histórica que proporcionou verdadeiros momentos de beleza e magia transportando os visitantes através do tempo. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer, em nome da Freguesia de Alcobertas e do seu associativismo, à Câmara Municipal pelo empenho e dedicação que teve em relação à freguesia que comemorou este ano o seu XXV aniversário com a realização de umas tasquinhas num pavilhão completamente novo, obra iniciada há um ano, referindo que este evento foi de grande agrado para o associativismo que tiveram este ano a maior rentabilidade já conseguida neste evento. -----

----- Referiu-se ainda às obras de melhoramento da escola de Sourões que foi obra realizada pelo povo de Sourões em 1949 e que fechou em 2005, estava agora completamente degradada e a população, novamente, pensou em por mãos à obra e conseguiram criar um espaço relativamente novo para Sourões, deixando, por isso, um agradecimento à comunidade dos Sourões e à colaboração da Câmara Municipal.

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que teve lugar a primeira sessão do Conselho Municipal de Juventude de Rio Maior com quórum o que permitiu a aprovação do regimento e a eleição da mesa, algo nunca antes conseguido. Continuou dizendo que este regimento permitirá que se inicie um trabalho que irá levar ao desenvolvimento de diversas atividades muito importantes que darão voz aos jovens de Rio Maior e que os jovens riomaiorenses têm agora um conselho municipal a trabalhar em prol dos seus interesses. Endereçou os parabéns ao executivo municipal na pessoa do vereador com o pelouro da juventude e desejou que este seja um sinal de evolução para a juventude riomaiorense. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Revelou profunda preocupação pelo facto de as candidaturas do ciclo da água no quadro comunitário que agora termina não contemplarem a resolução do problema do abastecimento e distribuição da água na Freguesia da Vila da Marmeleira e Assentiz e do Arco da Memória. Disse ser um problema político que exige uma resposta urgente



e questionou, por isso, quando é que as populações visadas irão ter o problema resolvido. -----

----- Referiu-se de seguida ao aumento da criminalidade devido à degradação das condições sociais, que se torna cada vez mais preocupante no concelho em geral, mormente nas zonas rurais também, assim como ao aumento da incidência da droga nas camadas jovens, situação que se faz acompanhar de comportamentos desviantes e anti-sociais. Demonstrou a preocupação com as forças de segurança existentes, às quais aqui prestou um sincero voto de louvor pela forma como têm vindo a atuar, que são manifestamente insuficientes. Sobre este assunto disse ainda que não existe no concelho o competente Conselho Municipal de Segurança propondo-se desde logo a CDU a apresentar um projeto para a sua criação e constituição muito em breve. Considerou ainda que o executivo municipal deve desencadear todos os esforços necessários ao reforço do número de efetivos do posto da GNR de Rio Maior pelo menos com mais quatro agentes e uma viatura. -----

----- De seguida referiu-se à estratégia de destruição e encerramento de serviços públicos do Governo que tem procurado no envolvimento das autarquias um fator de encobrimento e de atenuação do descontentamento das populações e que o processo de transferência para as autarquias locais, sobretudo para as freguesias, de serviços da administração central, são exemplo, da procura do poder local assente num processo de pressão e chantagem de decisões que dêem cobertura aquele objetivo. Continuou dizendo que de uma forma explícita e grave, o atual governo lançou sobre o sofisma da administração de proximidade aquilo que denominou de estratégia de reorganização dos serviços de atendimento da administração pública, que em nome do cínico enunciado destes propósitos, o que o governo tem em vista é concretizar o encerramento já anunciado de centenas de serviços públicos isolando populações, reduzindo a qualidade do serviço prestado, empobrecendo os territórios, promovendo o despedimento de milhares de trabalhadores, transferindo novos encargos e ónus para as autarquias locais. Continuou dizendo que a atual fase de ofensiva contra os serviços públicos teve já desenvolvimento com a aprovação pelo conselho de ministros no decreto-lei n.º 74/2014, de 13 de maio, que institui a chamada Rede de Espaços do Cidadão e cujo objetivo é assegurar a assistência digital e a formação dos cidadãos para a utilização do digital e servir como ponto único de contacto do cidadão com os serviços e organismos da administração central e que os instrumentos deste processo são os designados espaços do cidadão, resultantes de protocolos entre a



Agência para a Modernização Administrativa, entidade de direito público e privado que prestam serviços públicos e as lojas do cidadão, cujo propósito é a concentração dos espaços do atendimento dos serviços e organismos de estado, lojas estas que devem incluir no seu seio o espaço do cidadão. Sublinhou que esta estratégia de encerramento de serviços públicos está associada um outro instrumento já ensaiado pelo governo, chamado projeto Portugal Porta a Porta, projeto esse baseado na tese de equidade e oportunidade dos cidadãos na coesão económica, social e territorial destinado a transferir para as autarquias locais a responsabilidade de uma rede de mobilidade que assegura desnecessidades de transporte que o encerramento de muitos serviços criará às populações. Considerou que a associação das autarquias locais a esta estratégia coloca, para lá das questões políticas e de princípio, outros e relevantes problemas de natureza política local dado que a assunção deste espaço transferirá para a autarquia todas as insatisfações associadas ao seu funcionamento e acarreta uma sobrecarga financeira libertando a administração central dessa responsabilidade e transferindo para as autarquias o essencial da despesa. Fez ainda notar que os protocolos prevêem que sejam as autarquias locais a suportar os custos com as instalações e as necessárias obras de adaptação destinadas a acolher o serviço, o pessoal, indispensável para a chamada mediação do atendimento digital, consumíveis e material de economato, fornecimento de águas, electricidade, gás, comunicações, segurança e limpeza dos locais, manutenção dos equipamentos instalados, e que à AMA restará apenas a responsabilidade de realizar inspecções, emitir recomendações e aprovar os procedimentos porque até mesmo a responsabilidade de formação de pessoal cometida à agência tem ressalvado que havendo despesas de transporte para os formandos estas serão da autarquia. Reforçou que a defesa dos serviços públicos exige a afirmação de uma posição intransigente na defesa dos direitos das populações a serviços públicos e de exigência ao governo para que seja a administração central a assegurá-los e que a partir do momento em que a autarquia assuma esta responsabilidade todos os serviços públicos existentes no concelho serão encerrados com o argumento que já estão centralizados no espaço cidadão. Concluiu dizendo que querendo o Governo proceder a essa concentração já de si negativa porque integrada na redução de serviços, que o faça a partir das instalações e meios da administração central e que a linha de recusa e combate a este projeto exige necessariamente uma atitude firme da autarquia e sobretudo o esclarecimento e denúncia dos objetivos do governo. Informou que, por



todas as razões expostas anteriormente a CDU, agradecendo o convite que lhe foi feito, não irá participar na inauguração da Loja do Cidadão. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra devido ao seu conteúdo. -----

----- “Esta minha pequena intervenção intitula-se 2014/1914: que futuro? Há cem anos neste mesmo dia em Sarajevo ocorreu o atentado que constituiu o gatilho para a primeira guerra mundial. Este conflito que hoje, repito, faz cem anos abriu e marcou o século vinte pelas proporções e consequências até nunca antes vistas. Envolveu cerca de setenta e seis milhões de combatentes e varreu outros tantos milhões de vidas, ficando-se então conhecida como a Grande Guerra epiteto da sua desmensurada dimensão, crueldade e demonstração da inumanidade do homem foi significativa o exemplo, a última de todas as guerras fratricidas. Esta guerra que acabaria com todas as guerras permitiria então a paz e segurança perpétuas assegurada pela emergência e cimentação do sistema democrático, a pedra angular do século vinte, o século dos povos. Volvidos apenas vinte e um anos após o fim da primeira guerra mundial termina a idade da inocência, inicia-se a segunda guerra mundial, esta última que envolveu agora cem milhões de combatentes e ceifou a vida a cerca de cinquenta/setenta milhões de pessoas. No final da primeira metade do século vinte, o século dos povos, a Europa, palco de duas guerras, ficou praticamente reduzida a cinzas. Nasce então as agora moribundas ONU e União Europeia com a missão de mais uma vez procurar encontrar os caminhos da paz e da prosperidade. Hoje estamos na quarta geração após a primeira guerra mundial e na terceira após a segunda guerra mundial, o número de refugiados de guerra e perseguição ultrapassa pela primeira vez os cinquenta milhões de pessoas. Caríssimos, é conhecida e reconhecida a deriva das políticas nacionais, europeias e internacionais que acompanharam e acompanham a viragem deste milénio. Da ausência de lideranças políticas fortes vai proliferando mais uma vez a ascensão da ignorância declarando o cidadão como incapaz, as cavalgadas e atropelos ao direito internacional, os atestados de menoridade passados às constituições, a demissão progressiva da função do estado enquanto regulador, a submissão à ciência da estatística e por último a idolatria dos mercados. Admirável mundo novo! Senhores Deputados, nas últimas eleições europeias assistimos a salvas de vitória, de pirro, e a clamores de mudança de rumo para projetos que são



reconhecidamente falhados. Kafka, no seu diário e relativamente ao dia três de agosto de 1914, escreveu: “Hoje a Alemanha declarou guerra à Rússia. À tarde fui à piscina.” Assinalar o primeiro centenário da primeira guerra mundial é honrarmos a memória dos que caíram e imperiosamente reconhecermos os erros do passado. Em Rio Maior foi assinalada dignamente esta data em conjunto com as forças militares, Liga dos Combatentes e Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal através do seu grupo de cadetes. Devemos revelar a todos, neste momento, contra o alheamento. É neste tempo que a todos e a cada um se pede que honrem a memória dos caídos e mantenham acesa a chama que ilumina o futuro.” -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para partilhar uma breve reflexão sobre alguns aspectos que considera relevantes sobre o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Iniciou dizendo que de há um tempo para cá se tem vindo a assistir à associação entre as deficiências do SNS e a falta de médicos e que esta tem sido a justificação sistematicamente repetida pelos governantes de antes e de agora. Disse que consultados os dados disponíveis estes indicam que em Portugal existe um médico por duzentos e quarenta habitantes e que a média na União Europeia é de um médico por duzentos e noventa habitantes e que países tidos como referência nesta matéria apresentam este indicador menos favorável que Portugal, como é o exemplo da Alemanha, que tem um médico por duzentos e sessenta e um habitantes, da França que tem um médico para trezentos e dois habitantes e a Suíça com um médico para duzentos e sessenta habitantes e que mesmo no norte da Europa, países que têm cuidados de saúde de excelência, a Finlândia tem um médico para trezentos e seis habitantes, a Noruega um médico para duzentos e sessenta e nove habitantes e em Inglaterra, modelo no qual se baseou o nosso serviço nacional de saúde, tem um médico por trezentos e sessenta e sete habitantes. Mas, continuou, em todos esses países e nos outros que se preocupam com a qualidade e eficiência dos sistemas de saúde, existe uma queixa comum: os médicos estão mal distribuídos e essa deficiente distribuição é determinada por duas variáveis, a variável geográfica verificando-se uma aglomeração de médicos nos grandes centros urbanos, junto das grandes instituições hospitalares e das escolas médicas levando a uma desertificação das periferias e aqui considerou que se pode separar países com duas realidades distintas, o caso de países como Portugal onde é



maioritariamente o estado que determina a localização das unidades hospitalares do serviços nacional de saúde e a dos países onde maioritariamente funcionam leis de mercado com pouca intervenção do estado como é o caso dos Estados Unidos da América, onde se compreende a concentração de médicos e instituições de saúde considerando critérios de procura e oferta, o que não se passa no caso português onde se pede ao Estado que utilize os recursos públicos para planear e implementar uma rede de cuidados de saúde que garanta o acesso em condições de equidade a todos os cidadãos, e aqui a ação do Estado, desde a criação do SNS na década de oitenta, tem sido aquilo que considera desastrosa porque criou a ilusão de que seria possível colocar médicos em todas as aldeias e lugares do país, vindo agora a reconhecer a insuficiência de recursos e a irracionalidade desse sistema, diminuiu a acessibilidade e a equidade de tratamento dos cidadãos diretamente com a introdução de taxas moderadoras e indirectamente colocando distância entre o cidadão e as instituições de saúde. Continuou dizendo que a outra variável considerada é a distribuição dos médicos por especialidade e que também aqui há países onde maioritariamente funcionam leis de mercado com pouca intervenção do Estado, citando novamente os Estados Unidos como caso onde se compreende que haja um desequilíbrio das especialidades mais rentáveis economicamente, mas que esse também não é o caso português, pois é o Estado que define o número de vagas para formação e para colocação de especialistas nas unidades de saúde. E, em seu entender, aqui o adjectivo desastroso já não tem força para qualificar a intervenção do Estado nos últimos trinta anos, que permitiu a criação de uma pirâmide completamente invertida onde menos de 20% dos nossos médicos estão nos cuidados primários de saúde, existindo apenas cerca de sete mil especialistas em medicina geral e familiar para quarenta mil médicos e considerou que todos somos construtores ativos desta pirâmide invertida quando por uma simples dor de ombro se exige nada menos que um ortopedista ou para acompanhar o desenvolvimento de uma criança normal se recorre ao pediatra, passando uma mensagem clara aos governantes que vão a votos a cada quatro anos tudo fizeram para todos satisfazer com todos os vícios e custos que isso representa para o sistema. -----

----- Referindo-se ao Centro de Saúde de Rio Maior lembrou que este foi construído com base no que de melhor se fazia na europa, com acessibilidades, estacionamento, áreas funcionais bem delimitadas, serviço de urgência, consultas externas, internamento, serviços administrativos, laboratório, imagiologia, RX, serviços de apoio,



morgue e capela e que hoje, quando se olha para o seu estado de conservação e para a resposta que ele dá, ninguém pode ficar satisfeito e menos ainda aqueles que nele diariamente prestam serviços aos seus utentes. -----

----- Por último referiu-se ao problema, também repetidamente falado, da dificuldade em contratar médicos, da abertura de vagas colocadas a concurso e que não são preenchidas, o que vem justificando a contratação de médicos estrangeiros. Informou que, acerca desta matéria, os números são os seguintes: um seu colega foi contratado como especialista de medicina geral e familiar para uma USF da região com um ordenado bruto de dois mil e seiscentos euros, por quarenta horas semanais, que após impostos e contribuição especial de solidariedade representam mil e seiscentos euros líquidos. Afirmou que isto é quanto o Governo está disposto a pagar a um especialista de medicina geral e familiar, e que o mesmo Governo contrata depois médicos estrangeiros indiferenciados por quatro mil euros mês. Finalizou dizendo que tudo isto talvez explique porque é que os médicos portugueses emigram e porque é que a situação está como está. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Indicou o sentido de voto da bancada da coligação aos votos de louvor como favorável e considerou que estes foram justamente apresentados endereçando os parabéns a todos aqueles que se destacam nas suas área de atividade e que merecem o devido destaque. Disse que também o voto de pesar merecerá a voto favorável lamentando o falecimento do presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE. Quanto à moção agradeceu desde logo os dados fornecidos pelo Deputado Rui Miguel da Costa e Silva relativamente ao SNS e fez apenas uma pequena ressalva relativamente às farmácias porque estas pertencem à iniciativa privada e não caberá à câmara municipal nem ao governo deliberar sobre o tema. Ainda quanto à mesma moção referiu que a câmara municipal de Rio Maior já assinou a mesma petição com a pretensão da revogação da portaria a que aqui se refere, portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, estando sempre ao lado das populações. Indicou o sentido de voto como favorável. -----



----- Seguidamente endereçou os parabéns à Câmara municipal e a todos aqueles que colaboraram e permitiram que a loja do cidadão finalmente abra ao serviço da população com a inauguração formal dia trinta de junho. Disse estar certa que além de ser um edifício que irá beneficiar a autarquia e os cidadãos do nosso concelho, servirá também para revitalizar toda a zona trazendo pessoas à zona antiga da cidade. Referiu também a alteração efetuada na circulação do trânsito nessa mesma zona que certamente trará a revitalização que aquela área que precisa. Por fim fez notar o facto de ao longo de tantas assembleias tanta gente ter perguntado acerca da abertura da loja do cidadão e que agora, infelizmente, ninguém foi capaz de se pronunciar quanto ao assunto. -----

----- Quanto à deslocação do Ministro do Desporto da Argélia a Rio Maior congratulou o município e o executivo municipal pela visita às infraestruturas desportivas do concelho, promovida pelo Governo português aos melhores centros desportivos do país no âmbito de um protocolo estabelecido entre os dois países. Disse ainda que esta visita representa o reconhecimento do crescimento e do desenvolvimento da Desmor e do complexo desportivo de Rio Maior e também mais uma oportunidade de negócio que pode abrir-se para a empresa municipal Desmor, trazendo ao concelho mais investimento proveniente daquele país do norte de África. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por reconhecer o trabalho que o movimento associativo tendo vindo a desenvolver na Freguesia de Arrouquelas assim como também o executivo da junta de freguesia. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas: informou que este plano foi já aprovado ainda no anterior executivo e que de acordo com uma recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses há a necessidade de ajustamento à nova orgânica dos serviços da autarquia que se encontra a decorrer nos serviços e a mesma será presente em breve ao executivo municipal. -----



----- Prorrogações da empreitada do centro escolar de Fráguas: Afirmou que as prorrogações de prazo estão previstas em lei e é uma prática normal sendo que no caso se justificou pelo atraso provocado pelas condições atmosféricas e que as mesmas não acarretaram qualquer tipo de encargo para o município. -----

----- Rutura na principal conduta de abastecimento de água à cidade: Informou que os custos inerentes a esta situação pontual foram em gasóleo e refeições. -----

----- Permanência de uma viatura da GNR em frente ao edifício da Câmara Municipal: Disse que esta se deveu à visita do Ministro da Argélia que obedece a conjunto de normas de segurança e que nada teve a ver com uma ameaça de bomba que, referiu, nunca teve conhecimento nem nunca ouviu qualquer comentário acerca de tal acontecimento. -----

----- Quebras de luz no bairro da Chainça: Afirmou que havendo pessoas lesadas pelas interrupções de electricidade as mesmas terão que reclamar junto da própria EDP e acrescentou que os serviços da câmara, quando se verificam situações desta natureza que se tornam continuadas, tentam sempre articular a sua resolução com os responsáveis de zona. -----

----- Numeração de polícia: Deu conhecimento que os mesmos estão a ser colocados e implementada o esquema de atribuição feito e que relativamente à correspondência e aos CTT a câmara não é responsável pela sua organização e que recentemente foi realizada uma reunião com o responsável de loja e de zona na câmara municipal onde lhes foram transmitidas todas essas situações que prejudicam todos os cidadãos. Salientou que o mau serviço que os CTT têm vindo a prestar não pode ser imputado à câmara municipal na sua totalidade e a distribuição deficitária que tem vindo a verificar-se não é apenas nas zonas onde a câmara tem intervindo mas em zonas onde a numeração já está consolidada há vários anos. -----

----- Universidade Sénior: Manifestou o reconhecido agradecimento do executivo pelo trabalho da universidade, pelo número de alunos que envolve, pelo número de professores que de forma voluntária acompanham os alunos desejando que após o período de férias o novo ano letivo corra tão bem como o anterior. Dirigiu ainda uma palavra de apreço para o parceiro da câmara, a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Outdoors publicitários: Informou que não chegou à câmara qualquer informação acerca dos investimentos publicitados nos outdoors nem mesmo qualquer pedido de licenciamento dos mesmos e que a fiscalização tentará averiguar da situação. -----



----- Escola Profissional de Rio Maior: Afirmou que toda a escola está de parabéns pelos sucessivos sucessos que têm vindo a ser alcançados e desejou que assim continue. Disse ainda que aquando da abertura das jornadas profissionais o responsável governamental pela atribuição e fundos para estas escolas deixou uma mensagem de esperança para quem tem vindo a trabalhar bem, como é o caso, e que a câmara municipal continuará a acompanhar atentamente os desenvolvimentos relativos a estas instituições. -----

----- “Sal e Templários”: Confirmou que existiram vários constrangimentos ao pleno sucesso deste evento e que a proposta de se repensar a data é para considerar para que não se verifique a sua sobreposição com outros eventos. Desejou ainda que de futuro a participação de todos neste e noutros eventos seja maior para que estes possam crescer e não apenas alvo de críticas porque é importante que se conheça para se poder comentar. -----

----- Conselho Municipal da Juventude: desejou a todos bom trabalho e que possam continuar a reunir com quórum. -----

----- Ciclo urbano da água: afirmou ser verdade que no quadro comunitário que terminou não foram disponibilizadas verbas para estes projetos e que o compromisso que assume em relação aos dois projetos referidos é que o da Vila da Marmeleira é urgente e prioritário e que avançará independentemente de existirem os não fundos, representando um esforço de aproximadamente de seiscentos mil euros para a autarquia. -----

----- Segurança: Informou que recentemente foi recebido o comandante de destacamento e que lhe foram manifestadas todas preocupações em termos de efetivos, viaturas e falta de meios para patrulhamento. -----

----- Encerramento de serviços: Manifestou com tristeza o facto de a CDU manifestar publicamente que não estará presente na abertura da loja do cidadão e embora acredite que seja uma questão ideológica, considerou que não sendo Rio Maior uma exceção ao todo nacional relativamente ao encerramento dos serviços e à reestruturação em curso, cabe aos responsáveis municipais criar condições para que estes serviços não deixem de existir nos concelhos por todas as limitações existentes e tentar, neste caso com a loja do cidadão, concentrar os serviços e explicou que não deve ser confundido aquilo que irá ser colocado ao serviço da comunidade com o espaço do cidadão sendo que estes últimos são um posto de atendimento assistido de serviços descentralizados do Estado. Disse ainda que estes espaços irão ser



implementados pelo Estado em todos os concelhos em mais que um sítio e não só na sede de concelho. Acrescentou que a loja do cidadão de Rio Maior resulta de um protocolo de 2009, há época num outro espaço, e que embora com algum atraso devido à mudança de localização para um edifício construído pela autarquia, será agora aberta com vários serviços sendo a gestão do espaço da responsabilidade da câmara municipal que protocolará com as entidades lá estarão instaladas a utilização do espaço. Informou ainda que a obra do edifício foi financiada a 85% no âmbito da regeneração urbana e que o montante a suportar pela câmara municipal, foi de aproximadamente setenta e cinco mil euros, 15% do valor global e assumiu o atraso verificado na obra sabendo porém que para o espaço previsto inicialmente o IRN, por exemplo, nunca seria deslocalizado. -----

----- Saúde: Disse ter ouvido com atenção todos os dados fornecidos nas intervenções acerca deste assunto e transmitiu que conjuntamente com os municípios integrantes da CIMLT, subscreveu como Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior a petição para a revogação da portaria n.º 82/2014, de 10 de abril em sede de conselho intermunicipal. -----

----- Pavilhão na freguesia de Alcobertas: agradeceu as palavras do Presidente de Junta da Freguesia de Alcobertas e disse que em boa hora foi executado porque serve exatamente o propósito para o qual foi pensado e projetado e que em relação à antiga escola de Sourões afirmou ser um bom exemplo de que quando as pessoas se mobilizam para requalificar e para colocar novamente à disposição da comunidade um equipamento só pode ser bom para todos. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou e esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões: -----

----- Sinalética: Informou que a sinalética informativa na cidade começou a ser instalada e que os trabalhos estarão terminados em breve. -----

----- Limpeza do rio/ribeira de S. Gregório: informou que parte da ribeira foi limpa o ano passado e que esta voltará a ser limpa quando os caudais baixarem. Disse tratar-se de um problema de excesso de canas que mesmo com cortes consecutivos estão sempre a rebentar. -----

----- “Sal e Templários”: Admitiu que a afluência foi pouca em relação ao esperado, não por falta de divulgação, que colaboraram as pessoas que a isso estiveram



dispostas e que este evento coincidiu com catorze eventos a decorrer num raio de trinta quilómetros e que esta situação conjugada com o calor intenso que se verificou levou a que a adesão fosse menor. Acrescentou que em princípio para o próximo ano a data a considerar será a última semana de maio. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para referir que em relação ao valor da obra do edifício da loja do cidadão há que acrescentar o valor da compra dos prédios. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que o valor da aquisição dos prédios foi de duzentos e oitenta mil euros e da obra setenta e cinco mil euros da comparticipação da câmara municipal, que como referiu anteriormente foi comparticipada a 85% pelo QREN. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou de seguida que seriam, neste momento, colocados a votação os votos e a moção apresentados. -----

----- **Voto de Louvor aos atletas Pedro Isidro e Ivo Ferreira e ao treinador Egídio Bernardes da Equipa de Desporto Adaptado de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Voto de Louvor ao União Desportiva de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Moção em Defesa do Serviço Nacional de Saúde** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Queria apenas declarar a minha satisfação por cerca de três meses depois ver novamente o PSD e a CDU de acordo e aprovando uma moção que é mais ou menos igual aquela que rejeitaram na última assembleia proposta pelo partido Socialista.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação à moção em defesa do Serviço Nacional de Saúde, que voto favoravelmente sem qualquer reserva, não posso no entanto aceitar o modelo em



vigor para o Serviço Nacional de Saúde, particularmente no que se refere aos cuidados de saúde primários, que se esgota no monopólio das instituições estatais situação que para além de em trinta anos não ter conseguido assegurar um médico a cada cidadão, nunca irá permitir que o cidadão escolha livremente o seu médico ficando sempre adstrito aquele que lhe foi atribuído pelo Estado, quer queira quer não.

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Cândido Moreira** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual da CPCJ – 2013** -----

----- **Prestação de Contas 2013 – CIMLT** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da visita do Ministro Poiares Maduro, quando foi programada, a que título, qual a agenda da reunião e da visita e o porquê de o convite aos membros do executivo da oposição ter sido feito em cima da hora. -----

----- Questionou também acerca da dívida a fornecedores, imobilizado e conta corrente que em três de fevereiro era de um milhão e oitocentos mil e a dívida a vinte e três de junho é de quase três milhões e estando o PAEL em execução, um milhão de euros para fazer pagamentos a fornecedores, o que é que levou a que haja tanto aumento da dívida nestes cinco meses. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da assunção de compromissos plurianuais e o porquê de relativamente à empresa Vibeiras no ano de 2015 há uma discrepância de valor tão acentuada em relação ao ano de 2016. Solicitou ainda por escrito esclarecimentos acerca dos processos que estão em curso com o n.º 1059/10, Casais, Engenharia e Construção contra o Município de Rio Maior, causa de pedir da Casa de



Cultura de Rio Maior e n.º 1203, Ministério Público contra o Município de Rio Maior relativamente ao loteamento de Assentiz. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente à visita do Ministro Poiares Maduro esclareceu que esta se incluiu num conjunto de visitas a vários municípios que foram organizadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e que esta foi comunicada à câmara com uma pequena antecedência através de um contacto daquela entidade informando que um dos concelhos a visitar seria Rio Maior e o edifício da Loja do Cidadão. Acrescentou que a natureza desta reunião era de trabalho, integrada nas visitas do Governo programadas com a CCDR a concelhos de baixa densidade e que embora Rio Maior não seja um concelho de baixa densidade o Presidente da CCDRLVT, porque esteve envolvido na questão levantada acerca da eventual violação do PDM, demonstrou interesse em visitar o edifício antes de deixar de exercer funções como presidente. Assumiu a falha de ter feito esta comunicação da vinda do ministro muito em cima da hora, tal como fez anteriormente perante os vereadores da oposição, e voltou a frisar que julgava tratar-se de uma reunião de trabalho e de uma visita à obra que ainda não se encontrava concluída. Disse ainda que foi apenas na terça-feira antes que foi confirmada oficialmente a visita e que não houve qualquer preparação por parte da câmara, a não ser o convite aos vereadores, mesmo sendo num prazo apertado. Informou ainda que as explicações e as desculpas foram já apresentadas aos vereadores e aceites pelos mesmos. -----

----- Acerca da questão da diferença da dívida disse tratar-se de atrasos nas transferências do QREN para pagamento de obras, designadamente a 4ª fase da Rede Viária iniciada em final de 2013. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que colocaria a questão mais concreta por escrito de forma a obter os esclarecimentos precisos acerca dos prazos das obras e conclusão das mesmas. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Em relação à assunção de compromissos plurianuais e à diferença de valor do ano de 2015 e 2016 esclareceu que esta espelha o prazo de contrato, ou seja, durante todo ano de 2015 e apenas alguns meses do ano de 2016. -----

----- No que respeita às obras e às transferências do QREN informou que as obras foram lançadas em outubro de 2013 e que por condições climatéricas adversas não ficaram concluídas no prazo inicialmente previsto, trinta de abril. Continuou dizendo



que as obras têm estado agora em execução e têm vindo a ser apresentados os respetivos autos de medição que vão aumentando os números da dívida. Disse ainda que a câmara tem vinte dias para proceder ao pagamento dos mesmos e que porque o QREN nos últimos dois meses não tem feito quaisquer transferências resultou no aumento verificado. -----

----- Relativamente ao processo acerca do loteamento de Assentiz informou ser uma situação que a câmara está envolvida indirectamente por divergências de áreas e falta de registo do alvará e dos lotes, sendo agora a câmara chamada ao processo na tentativa de se chegar a uma resolução do problema. Mais informou que no que respeita ao processo da Casa da Cultura tem a ver com obras não concluídas estando a empresa em pré-insolvência resultando num contencioso. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil** -----

----- Foi apresentada uma única lista pela Coligação Juntos pelo Futuro (anexo 4) designada por lista A. -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A com 25 votos a favor**, 3 votos em branco e 1 abstenção expressa (anexo 5). -----

----- **Ponto II – Desafetação de áreas do domínio público municipal para o domínio privado do município – Zona Industrial** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse tratar-se de um assunto sensível e indicou o seu sentido de voto contra justificando que a desafetação do domínio público deve fazer-se por interesse público e o interesse público não pode ser evocado apenas pela necessidade de fixar postos de trabalho. Disse ainda que a obra que origina esta proposta surge da expansão da PANPOR, empresa de grande importância para o desenvolvimento industrial e empresarial do concelho, e surge envolvida num problema de lotes que foram comprados por aquela empresa e sobre os quais a câmara não exerceu o direito de preferência. Continuou dizendo que tendo dúvidas sobre a legitimidade do interesse público da afectação destes terrenos, irá votar contra e que esta posição se torna mais fácil porque nunca será inviabilizada a proposta dado a maioria estar favorável à



mesma ressaltando, no entanto, que há uma questão muito importante a ser levada em conta e que é a natureza deste parque industrial que foi concebido para ordenar espaços industriais e que, em seu entender, não é legítimo que agora se desordene por um interesse pontual, afirmando que aquilo que faria sentido seria uma reestruturação dos lotes se fosse caso disso e se fosse universal. Referiu que anteriormente já foi solicitado o mesmo por outros municípios e que o tratamento não foi o mesmo e que é nesse ponto que deve haver seriedade no tratamento da situação. Por fim referiu que a assembleia já não terá que se pronunciar sobre a venda destes terrenos, ou seja, será aprovada a desafetação do domínio público dos terrenos e que não se saberá se vão ser vendidos recusando-se a fazer isso principalmente nestas circunstâncias. -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer, na qualidade de deputado e também de industrial, que as zonas industriais, sem dúvida, o grande motor do desenvolvimento para todas as cidades e países e que sem elas nada existiria na forma atual. Considerou que nunca se poderia ir contra um assunto desta natureza e quis apenas lembrar que existem outros processos idênticos que têm que ser revistos e tratados de forma igual. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Questionou se o desenvolvimento do processo passa pela desafetação dos terrenos do domínio público para o domínio privado, sendo depois vendidos revertendo as verbas para o município. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por lembrar que já em anteriores executivos foram vendidos lotes e que a Câmara, também aí, não exerceu o seu direito de preferência acrescentando que em relação a este assunto em específico foi compromisso da Câmara levar a proposta de desafetação a aprovação permitindo à PANPOR a expansão da empresa. Continuou dizendo que o loteamento de qualquer zona industrial pode ser alterado porque, acima de tudo, se deve defender os interesses dos empresários porque ao fazê-lo defende-se também a criação de postos de trabalho e de investimento, investimento esse que, no caso em concreto, se não fosse feito aqui seria no Algarve ou em Espanha. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para clarificar a sua posição em relação ao direito de preferência dizendo que este são matéria do executivo municipal e que nunca teve nada a ver com



o que se passou nos executivos anteriores ou agora e que aquilo que quer evidenciar após leitura atenta dos documentos é que não consta o preço a que vão ser vendidos os terrenos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 2 votos contra (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Em relação a esta matéria eu gostaria de deixar aqui uma declaração de voto que peço que seja anexa à ata desta reunião. Eu voto contra porque estive a consultar a legislação sobre esta matéria e aquilo que eu li é que os bens do domínio público, incluindo o domínio público de circulação das autarquias, estão fora do comércio jurídico de acordo com o n.º 2 do artigo 202º do Código Civil não podendo por isso ser alienados. Poderão no entanto esses bens ser desafectados do domínio público de forma tácita ou expressa incorporando-se no domínio privado da pessoa jurídica de direito público se deixarem de satisfazer o interesse colectivo. A desafetação será tácita por força da alteração de situações ou circunstâncias, estradas por exemplo que caiam em desuso, deixem de ser utilizadas por construção de estradas novas, ou expressa por lei ou ato administrativo que declare o bem, ou declare não dominial o bem. A desafetação de um terreno de domínio público incorporando-se no domínio privado do município deve ser uma decisão fundamentada estritamente em razões de interesse público de acordo com os princípios gerais da atividade administrativa aplicáveis aos atos de gestão privada da administração pública. A estrada perdeu a utilidade pública? Deixou de ser utilizada? Não sei. Penso que não. As estradas, pontes, os jardins abertos ao uso direto do público tem que estar ao serviço da comunidade, diz-se que têm utilidade inerente. Como tal, deve ter-se em atenção, nestes casos, os princípios gerais da atividade administrativa inscritos no Código do procedimento Administrativo nomeadamente os princípios da legalidade, artigo 3º, e os da prossecução do interesse público (artigo 4º). Deve salientar-se que a desafetação de bem do domínio público e a sua consequente incorporação no domínio privado do ente público, quando for expressa, terá que ser devidamente fundamentada em razões de interesse público e não em interesses particulares, nomeadamente na pretensão de um particular em vir a adquiri-lo. O que se verifica aqui é que a argumentação que foi apresentada pela câmara radica única e exclusivamente no interesse privado e no interesse particular. Não discuto a importância da empresa



PANPOR, por quem tenho muito respeito como tenho aliás respeito por todas as outras empresas que exercem a sua atividade em Rio Maior, no entanto, entendo que está aqui a abrir-se um grave precedente porque a partir deste momento qualquer empresa que desenvolva a sua atividade no concelho de Rio Maior, que tenha instalações de um lado e de outro da mesma estrada, passa a ter o direito a entender que pode anexar uma parte de uma estrada, de um caminho público e portanto abre-se aqui um precedente que eu considero grave. Eu devo dizer também sobre esta matéria que conheço instalações industriais, conheço o Barreiro, conheço Alhandra, conheço Estarreja, conheço a Marinha Grande, já estive em cidades industriais no estrangeiro, nomeadamente em Manchester, e pude observar que há indústrias que passam por cima de estradas, que passam por cima de ruas, aliás eu devo acrescentar que há aeroportos no mundo cujas pistas passam por cima de autoestradas, portanto tenho dúvidas, do ponto de vista técnico, se seria necessário desafectar do domínio público porque uma estrada que a todos pertence, que é um bem público, que pertence aos cidadãos, pertence ao município, por motivos de conveniência de ordem logística desta empresa. Bem perto aqui de Rio Maior, na Batalha, temos uma grande indústria, que é a Cabopol do Grupo Menezes e temos também a Blocotelha, penso eu que ainda pertencem portanto à mesma empresa, e nós vemos instalações fabris de grande dimensão de um lado e doutro de uma via e nem por isso o IC2 foi anexado por essa indústria. Portanto a minha dúvida é uma dúvida do ponto de vista jurídico-legal porque entendo que independentemente da atividade privada, que deve ser encorajada e realmente deve ser impulsionada pelos poderes políticos, independentemente disso penso que há regras e leis, há normas do ponto de vista jurídico que devem ser observadas e a meu ver, e por isso é que eu vou votar contra, entendo que não está devidamente fundamentado, nos termos da lei, a falta de interesse público de uma parte de uma rua que vai passar a pertencer a uma entidade privada. É disso que se trata. Estamos aqui a desafectar uma parte de uma rua que é pública, portanto gostaria que ficasse aqui bem explícito que o meu voto contra tem a ver com questões de ordem jurídica, porque tenho dúvidas sobre a legalidade desta desafetação.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei a favor pelo seguinte: primeiro, não é a primeira vez que a Câmara não exerce o direito de preferência, eu sei do que estou a falar, já estive no executivo



e portanto sei dar o valor ao que se está a tratar aqui. O que foi evocado e dito, eu concordo plenamente com a situação mas salvaguardando uma situação, que é que em casos futuros seja adotado o mesmo critério, a mesma justiça que está a ser feita agora neste momento e sendo assim eu voto, consciente, a favor.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU votou a favor conscientemente e com verticalidade. A única coisa que pede ao executivo e com consciência também é que talvez seja oportuno repensar-se a requalificação da zona industrial e a sua regulamentação em termos da posse dos terrenos. Agora, quando estão em causa postos de trabalho é estranho ouvir o Partido Socialista falar como falou, mas como o Partido Socialista já não estranha a ninguém, tudo é possível no Partido Socialista, acho que vou ficar por aqui.” -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Foi-lhe permitido intervir a seu pedido em defesa da honra dizendo que o que não faz sentido é numa declaração de voto a CDU, mais uma vez, fazer uma aliança com o PSD para atacar o Partido Socialista. -----

----- **Ponto III – Acordos de execução e contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia – Aprovação de minutas** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, lamentando desde logo o atraso em apresentar estes documentos para aprovação justificado pelo novo enquadramento legislativo que tantas dúvidas levantou. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que a delegação de competências e a existência de serviços de proximidade sempre foram apanágio da CDU e que esta é a melhor forma de servir as populações. Referiu que o novo quadro legal vem atribuir novas competências às juntas de freguesia que se fossem entendidas em sentido lato seriam inaplicáveis porquanto a mochila financeira que lhe está afeta ter sido reduzida substancialmente nos recursos públicos do Estado. Considera ainda que a delegação de competências deve ser concretizada através de acordos de execução obrigatórios e que a não celebração destes implica que as competências delegadas por lei continuem a ser exercidas pela Câmara Municipal e que nos mesmos não se pode deixar de ter em conta a dominialidade dos bens e a necessidade de acordo entre as partes. Referiu



que a concretização destes objetivos pode ser realizada através de acordos de execução para cumprimento da eventual delegação de competências do artigo 32º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através de contratos interadministrativos de delegação de competências nos termos do artigo 116º, 120º e 131º da citada lei, estando estes sujeitos à realização de um estudo que permita aferir se estão cumpridos os princípios impostos pela lei ou, por fim, os acordos de cooperação entre o município e a freguesia nos termos do artigo 25º, n.º 1, alínea j) também da mesma lei, embora estes não tenham sido opção da Câmara Municipal. Acerca do documento colocado à disposição disse que este não integra o estudo previsto no artigo 121º da citada lei e talvez por isso mesmo seja notório que o respeito pelo princípio da igualdade de tratamento, condições, meios e recursos, entre o município e o conjunto das freguesias, não foi respeitado e levado à prática com rigor. Acrescentou que se verifica que as novas freguesias têm agora mais área, mais população, mais competências e lamentavelmente, menos autarcas eleitos, menos meios financeiros e mais responsabilidades. Afirmou que, por tudo isto, a CDU vai iniciar em Rio Maior a devolução das freguesias ao povo e convidou todos os presentes a participar nesse projeto. Finalizou dizendo que apesar de tudo isto, a CDU tem sempre em conta os interesses das populações e que assim sendo não irá votar contra e sim abster-se porque aquilo que importa não são as querelas partidárias são os interesses das populações. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Interveio para, em relação a este assunto, dizer que somos um povo estranho e vivemos num país estranho, já que um ano bastou para aplacar as consciências e esquecer-se toda a guerra que foi feita contra o regime jurídico das autarquias locais, e que somos um povo estranho porque permite-se que leis que não expressam as necessidades e as vontades as determinem e nos criem dificuldades no dia-a-dia. Acrescentou que acerca da lei da reorganização hospitalar disse que o que esta lei conseguiu foi a unanimidade das quarenta e sete especialidades, e de todos, contra a mesma e afirmou que mesmo assim o que irá acontecer é a sua aplicação e daqui a um ano todos estaremos encantados com a sua aplicação, concluindo que não conseguimos ser consequentes com o regime democrático e não deixar que isto aconteça. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



----- Iniciou por dizer que a demora na apresentação deste documento resultou em coisa pouca e que muito mais há a fazer. Disse que, para além do que estava feito, a lei veio alterar algumas situações e que não se vê grande avanço para as freguesias, não acrescentando, estes documentos, grandes alterações em relação aos protocolos existentes para delegação de competências. Considerou que deviam ser diferentes e representar um avanço porque a lei exigia isso e que aquilo que se verifica é que à semelhança da relação Estado/autarquias, também aqui o que se verifica é um aumento das responsabilidades e um decréscimo do dinheiro. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável referindo, no entanto, que esta lei veio trazer mais competências e responsabilidades para as juntas de freguesia mas que as mesmas não vêm acompanhadas pelo devido apoio financeiro que as torna exequíveis. Continuou dizendo que as verbas FFF todos os anos diminuem assim como as verbas acordadas com a Câmara Municipal que também ela é penalizada nas transferências feitas pelo poder central, reconhecendo a engenharia financeira que o executivo municipal e os serviços têm que fazer para libertar as verbas para as freguesias. Concluiu pedido um esforço adicional para que possa ser dado aos fregueses aquilo que realmente merecem seja na área da saúde e da ação social e outras mais revelando que cada vez mais é preciso melhorar as condições nas freguesias para atrair pessoas para se fixarem no meio rural e disse esperar que no orçamento para 2015 as freguesias possam ver as transferências de capital com um valor igual ou superior aquilo que recebem do FFF. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para realçar a transparência de todo o processo negocial entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do concelho e que embora seja verdade que a existência de critérios quantitativos e qualitativos facilita esta negociação é também verdade que a distribuição feita da verba orçamentada para o ano parece justa e equitativa, não havendo distinções entre as juntas de freguesia e feito consoante critérios objetivos. Informou que o diálogo entre a câmara e a juntas foi efetivo e que foram realizadas várias reuniões até se chegar a consensos sobre a distribuição dessas verbas ajudando os critérios a determinar aquilo que era muitas vezes o livre arbítrio da utilização das verbas nas transferências de competências.



Sobre os documentos em si disse que trazem uma maior exigência para as juntas de freguesia naquele que é cumprimento das tarefas que lhe são delegadas mas que essa maior exigência faz também com que o dinheiro tenha que ser realmente aplicado naquilo que são as competências transferidas e não naquilo que seja a vontade de um presidente de junta, salientando que estas competências não ter o acompanhamento quer da câmara municipal quer da própria junta de freguesia através de uma comissão que trimestralmente analisará um relatório de execução das competências delegadas acrescentando que embora possa resultar num trabalho extra garante o cumprimento e que não há dúvida que se todos fossem cumpridores e executassem as tarefas das delegações de competências que lhes são atribuídas, não seriam precisas leis e acordos tão completos. Endereçou os parabéns ao executivo municipal e aos técnicos da câmara municipal pelos estudos económico-financeiros realistas e objetivos que foram realizados para se chegar a este documento. Referiu ainda que existe uma redução em relação ao ano de 2013 das transferências para as juntas de freguesia, entre os 10 e os 15%, o que inevitavelmente criará algumas dificuldades acrescidas para aquilo que é a gestão da junta de freguesia, mas afirmou que prefere que seja assumido que não há capacidade para mais e haver a certeza daquilo com que se pode contar, do que acontecer o que acontece em muitos concelhos nossos vizinhos que todos os anos são delegas competências com promessas de verbas e que depois não são cumpridas e que tem feito com que algumas freguesias cheguem a uma situação praticamente de insolvência. Por fim solicitou à Senhora Presidente que após a aprovação possam ser assinados os contratos interadministrativos e os acordos de execução com a maior celeridade possível a fim de minimizar o aperto porque passam muitas juntas de freguesia, referindo também que é sua certeza que, se forem necessárias algumas alterações ou modificações por se tratar de instrumentos de gestão novos na sua aplicação, serão feitas as adaptações solicitadas. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Sobre este assunto iniciou por dizer que com toda a certeza todos queriam fazer mais e possibilitar às juntas de freguesia que também fizessem mais em prol das suas populações, mas que este é o acordo possível e que infelizmente a administração central quando fez a nova lei preocupou-se apenas em dar mais responsabilidades e mais competências às juntas de freguesia e não no respetivo acompanhamento de verbas. Disse compreender os presidentes de junta que foram eleitos para fazer obra



e para satisfazer as necessidades das suas populações e que é óbvio que gostariam de fazer muito mais. Infelizmente, considerou, as responsabilidades e a vontade de fazer não é acompanhada pela administração central nas transferências das verbas e por outro lado as contingências do município não lhe permite fazer mais do que aquilo que está a fazer atendendo às contenções económicas dos próprios municípios. -----

----- Aproveitou a intervenção para responder às provocações feitas durante toda a sessão relativamente às votações e possíveis coligações. Afirmou que o PSD é um partido democrático e, como tal, vota, tem votado e vai continuar a votar todas as moções e recomendações que sejam presentes a discussão e votação independentemente de quem as venha a apresentar, desde que venham a favor da população e do concelho de Rio Maior. Salientou, no entanto, que serão votadas favoravelmente aquelas que sejam desprovidas de demagogias, porque o que peca em algumas moções ou recomendações apresentadas não é aquilo que pretendem mas a demagogia que apresentam os próprios textos, impossibilitando que se vote favoravelmente as mesmas. Quanto a coligações afirmou que a coligação existente é entre o PSD e o CDS e não existe nenhuma outra por ora, no futuro se verá. Disse que continuarão a votar moções e recomendações que à assembleia sejam presentes e que achem por convenientes e úteis à população e ao concelho de Rio Maior, sejam elas apresentadas por que partido ou bancada forem, clarificando que sempre assim foi e assim irá continuar a ser. Terminou dizendo que este é o sentido democrático do PSD e da bancada da coligação nesta assembleia. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que o executivo municipal nunca irá prometer ou dar aquilo que não pode e que aquilo que foi assumido com as juntas de freguesia foi aquilo que pode ser realizado como aconteceu em anos anteriores. Quanto à celeridade do processo após aprovação disse que depende das próprias juntas e da aprovação nos órgãos competentes das autarquias. Agradeceu ainda a todos os presidentes de junta e aos serviços da autarquia pelo trabalho que foi desenvolvido, pelo estudo que foi elaborado e que a lei exige que acompanhe a documentação. Referiu ainda que não é admissível qualquer comparação com outras câmaras que têm prometido e assinado protocolos ao longo dos anos e que ainda estão por realizar financeiramente colocando algumas juntas em dificuldades sérias e incumprimento financeiro, assim como não é comparável os valores a atribuir a cada uma das juntas em anos diferentes e em condições diferentes. Lembrou ainda que cada ano é diferente e que



houve anos, como 2006, em que não foram sequer feitas quaisquer transferências de capital e que apenas pode oferecer até ao limite do que a câmara pode despende para que o necessário para a execução de competências da câmara e que as juntas se dispõem a fazer. Terminou dizendo que, à semelhança do que aconteceu no anterior mandato, a todo o momento podem ser feitas adendas e ajustamentos que sejam do acordo das partes e que as obras de maior esforço são, como foi dito, asseguradas pela câmara. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 5 abstenções (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação a esta matéria eu gostaria só de dizer que o artigo 133º da Lei n.º 75/2013 diz que as câmaras municipais e as juntas de freguesia no prazo de cento e oitenta dias após a respetiva instalação celebra um acordo para prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou de algumas competências delegadas. A celebração de acordos de execução é obrigatória sendo que a não celebração destes acordos implica que as competências continuem a ser exercidas pelas câmaras municipais em prejuízo das juntas de freguesia e uniões de freguesias. Eu verifiquei que o prazo de cento e oitenta dias acima referido foi largamente ultrapassado porque a instalação dos órgãos autárquicos data do dia dezanove de outubro de dois mil e treze, portanto já seria suposto, pela aplicação da lei e por aquilo que ela expressamente estipula, que as freguesias já estivessem a exercer a delegação de competências desde o dia dezanove de abril de dois mil e catorze. É apenas por este motivo que eu me abstei porque entendo, e desculpem porque eu tenho a mania das leis, de facto tenho essa mania, e eu entendo que os atos da administração têm que estar em tudo conforme com a lei, sob pena de ilegalidade e neste caso nós temos já há dois meses as freguesias a funcionar sem esta delegação de competências, portanto para lá do prazo que a lei estabeleceu.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu faço votos para que as pessoas percebam o que é o exercício da democracia e o exercício da democracia e a não demagogia não se verifica com o uso frequente de sujeitos indeterminados. Há aqui alguns, há aqui uns, há aqui outros, isso é um



mau exercício da democracia e é um mau serviço que os responsáveis prestam ao povo. Quando há situações que devem ser denunciadas, deve-se denunciar as situações, não se devem lançar suspeições. A segunda questão é muito clara. É evidente que houve inoperância em relação aos serviços e ao executivo sobre este assunto, são as uniões de freguesias que não são catorze, é a primeira vez, isso tudo podemos ser condescendentes, não inventem. Havia cento e oitenta dias para fazer isto e não foi feito em cento e oitenta dias. Segunda questão: demagogia é a arte de falar ao povo e a Senhora Deputada Carla Dias teve o cuidado de falar sem me dar hipóteses de poder usar a defesa da honra, mas o que é demagógico, o que é demagógico é dizer-se que esta lei impede a transferência de competências, não impede, porque ao contrário do que acontecia anteriormente, que era uma cedência do executivo para as autarquias, para as freguesias, por vontade do executivo, isto é um imperativo legal e o que deve sair é do financiamento da autarquia. Portanto podem-se queixar, podem-se queixar que recebem pouco dinheiro do poder central, não podem é demagogicamente dizer que esse é um problema da lei.” -----

----- **Ponto IV – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 1º Trimestre de 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio para dizer que o relatório espelha a tentativa e a prossecução efectiva do saneamento financeiro da Câmara Municipal de Rio Maior. Não obstante, solicitou que todos se empenhem para se seguir este objetivo até ao final, no sentido de garantir que a prossecução do objetivo da receita versus da despesa seja atingido. Disse que se sabe que as medidas que restam implementar no âmbito do acordo se prendem com o aumento de tarifários da águas e outras taxas aplicáveis nomeadamente aos recursos hídricos, etc. Referiu que perante isso e o ensejo objetivo de crescimento económico dos municípios de Rio Maior não se pode passar um certo limite da taxaçoão ao contribuinte, havendo várias medidas de redução da despesa a implementar como os custos com perdas de água, por exemplo, e por outro lado tentar encontrar medidas de redução da despesa para não se onerar mais o aumento dos tarifários. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 5 abstenções (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhora Maria Júlia e Silva Antunes Figueiredo – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se celebram os oitocentos anos da língua portuguesa e lançaram-se quatrocentos e oitenta e quatro balões em homenagem a todos os falantes portugueses espalhados pelo mundo que são quatrocentos e oitenta e quatro milhões de pessoas a falarem português e que por isso deve ser falada e divulgada cada vez mais e melhor. -----

----- De seguida referiu-se ao assunto que a fez intervir dando conta que tendo sido questionada de quem foi o arquitecto do centro de saúde Dr. Laulina Barbosa fez as pesquisas acerca do assunto e obteve o nome do arquitecto José Pruschy que apresentou o projeto em 1968 sendo concluída a obra em 1972. Ocorreu-lhe então que seria interessante que os edifícios públicos da cidade e do concelho tivessem o reconhecimento dos arquitectos que conceberam essas obras e que curiosamente o mesmo arquitecto foi também autor do projeto da igreja matriz da Nossa Senhora da Conceição ao lado do arquiteto José Roquette. Afirmou que existem em Rio Maior obras que são fruto de projetos de arquitectos de reconhecida qualidade mundial como Formosinho Sanches, Alcino Soutinho, José Amorim, entre outros, e que após muitas buscas encontrou o autor do projeto da central rodoviária, obra que mereceu prémios internacionais pela dinâmica que oferece e que precisa atualmente de manutenção



para recuperar o estado que merece. Questionou, por fim, quem foi o projectista de obra da loja do cidadão que como é sabido não é de seu agrado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que no momento não tem o nome completo presente mas que lhe fará chegar a identificação completa do arquiteto que projetou o edifício acrescentando que embora o exterior possa não ser do agrado de todos, a luminosidade interior que o mesmo oferece é extraordinária. Disse também que o ideal teria sido a abertura de um concurso de ideias para aquele edifício mas que a escassez de tempo não o permitiu e os prazos tinham que ser escrupulosamente cumpridos para que a candidatura fosse avante. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____